

Tribunal da Comarca dos Açores reduziu processos pendentes para metade em 3 anos

Há uma “melhoria geral dos serviços de Justiça prestados”, apesar das carências de recursos humanos e em instalações, afirma o Juiz Presidente, Moreira das Neves

O Tribunal Judicial da Comarca dos Açores tinha a 31 de Dezembro do ano passado uma pendência oficial de 12.406 processos judiciais, menos 5.730 do que em Janeiro do mesmo ano.

Ao longo de 2017 entraram no Tribunal dos Açores 15 380 processos judiciais novos e foram concluídos 20 854 processos.

A redução de pendências oficiais corresponde a uma diminuição geral, ao longo do ano, de 32%.

Desde a implantação da nova estrutura judiciária em 2014 com a criação do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores que têm vindo a diminuir as pendências de processos judiciais.

De uma pendência oficial de 26 419 processos judiciais a 1 de Setembro de 2014, passou-se para uma pendência de 12 636 processos a 31 de Dezembro do ano passado, o que corresponde a uma diminuição acumulada da ordem dos 52,17%.

Segundo o Juiz Presidente da Comarca, José Francisco Moreira das Neves, estas estatísticas comprovam uma “melhoria geral dos serviços de justiça prestados” nos Açores “medida não apenas pelo desempenho quantitativo (diminuição muito significativa das pendências), mas também pela aproximação aos níveis de exigência próprios da missão constitucional do Tribunal (tempos mais curtos de duração média dos processos)”.

Na opinião de Moreira das Neves, a diminuição das pendências mais antigas “permitirá, a breve prazo - como já sucede na maioria dos Juízos do Tribunal -, cumprir o dever de administração da justiça em prazo razoável, direito dos cidadãos, afirmado e garantido, entre outras, na Convenção Europeia dos Direitos do Homem”.

Moreira das Neves explica que a estratégia “gizada” no Tribunal da Comarca dos Açores foi estabelecer objectivos qualitativos e quantitativos orientados para “os serviços para as áreas em que é preciso melhorar”.

“O seu cumprimento a par da diminuição objectiva das pendências”, afirma o Juiz, “é o sinal mais evidente do acerto das estratégias de gestão, de que se destacam os novos procedimentos em matéria de acção executiva”.

Segundo o Juiz Presidente os “motores” dos resultados alcançados foram “a especialização dos serviços, fixação de quadros, estabilidade das regras organizativas, estratégias de gestão processual e elasticidade na gestão dos meios humanos e materiais”.

O cumprimento da missão do Tribunal, segundo Moreira das Neves, “conta com o empenho dos juízes e dos funcionários judiciais do Tribunal dos Açores”.

As razões dos “bons” resultados

Em seu entender, “os bons resultados alcançados (significativa diminuição das pendências e cumprimentos dos objectivos) deverão creditar-se aos juízes e funcionários de justiça, tanto mais que, na maioria dos casos, as equipas trabalharam com meios in-



Moreira das Neves: “Persistem deficiências” nas instalações e equipamentos dos tribunais

O que deve melhorar nos tribunais dos Açores

No entender de Moreira das Neves, “mostram-se cumpridos os objectivos fixados para o ano de 2017 em todos os Juízos do Tribunal e na Unidade Central do núcleo da secretaria de Angra do Heroísmo, “com excepção do Juízo Local de São Roque do Pico (faltaram as diligências para os Protocolos de colaboração com as escolas; e da Unidade Central do núcleo da secretaria em Ponta Delgada (não se conseguiu concluir o levantamento dos objectos apreendidos, análise da respectiva situação, destino legal e regularização no sistema informático Cítiu)”.

“Prosegue a recuperação de pendências antigas de processos, em linha com os vectores orientadores dos objectivos processuais traçados” e é “sobretudo em Angra do Heroísmo, na Horta e em Vila do Porto que ainda há atrasos na resposta (por ainda se registarem pendências antigas)”, explica Moreira das Neves.

Como refere, em Angra do Heroísmo a recuperação “vem sendo feita a bom ritmo, e a instalação do novo Juízo de Família, Menores e Trabalho (que se prevê para Setembro de 2018) acelerará essa recuperação”.

Em Vila do Porto, refere o juiz, o ano de 2018 “representará já o regresso aos padrões exigíveis numa democracia estabilizada do século XXI”.

Na Horta, explica, “a superação das dificuldades prevê-se mais demorada, visto depender (em larguíssima medida) de alterações estruturais já propostas mas cuja implementação tarda. Isso não significa que estejamos conformados. Pelo contrário, estão já implementadas medidas de gestão, que vigorarão em 2018, que decerto trarão resultados positivos (mobilizando recursos da secretaria com trabalho realizado à distância – a partir do Juízo de Santa Cruz das Flores)”, completa.

suficientes, sobretudo ao nível da secretaria (pela carência de funcionários e, por sinal, de entre os mais qualificados: escrivães adjuntos) e das persistentes deficiências das instalações e equipamentos”.

É citado como exemplo o edifício do Tribunal de Angra do Heroísmo, onde “há apenas duas salas de audiências para seis magistrados judiciais e vários computadores pessoais a trabalhar a uma velocidade incompatível com as exigências do serviço”.

“Provamos todos os dias que cumprimos abnegadamente a nossa missão e que se nos forem reforçados os meios seremos capazes de fazer melhor”, afirma o Juiz.

Na opinião de Moreira das Neves, o

desempenho do Tribunal da Comarca dos Açores “está alavancado na efectiva especialização” dos serviços e na “estabilidade das equipas de trabalho (juízes e oficiais de justiça”.

A “flexibilização” da gestão dos recursos humanos permitiu, como afirma, “colmatar”, por exemplo, “a falta de juízes” em Santa Cruz das Flores, na Horta e em Ponta Delgada; e “suprir à distância lacunas várias nos serviços”.

O desempenho do Tribunal da Comarca dos Açores foi ainda “alavancado” “na permanente monitorização dos serviços, na gestão processual em geral bem orientada; numa chefia qualificada das unidades de

32 juízes e 203 oficiais de Justiça na Região

Em 2017 exerceram efectivamente funções no Tribunal 32 juízes.

O quadro de funcionários da Secretaria da Comarca dos Açores é de 203 oficiais de Justiça (46 dos quais são da carreira do Ministério Público); 2 técnicos de informática; e 9 assistentes do regime geral. Nos serviços judiciais trabalharam o ano passado 130 oficiais de Justiça, 1 técnico de informática e 5 assistentes operacionais.

Durante o ano judicial 2017 exerceram funções na Procuradoria da Comarca dos Açores 33 agentes do Ministério Público (6 procuradores da República, 23 procuradores-adjuntos até 31 de Agosto - ficando 22 a partir de 1 Setembro - e 4 substitutos do procurador-adjunto até 31 de Agosto, tendo-se mantido apenas 2 a partir de 1 Setembro).

Na Comarca estão estabelecidos 239 advogados.

Têm escritório e trabalham efectivamente na Comarca 33 solicitadores e 11 agentes de execução, espalhados por seis das nove ilhas do arquipélago.

processos; e numa crescente aproximação do número de funcionários em serviço efectivo ao que é funcionalmente ajustado”.

Outras opções estratégicas que culminaram no “sucesso” alcançado foi a “aposta na recuperação dos Juízos de Família e Menores e de Trabalho de Ponta Delgada (que em 2014 apresentavam uma situação crítica ao nível da organização e pendências acumuladas); o recrutamento de funcionários; a especialização da secretaria; a formação de magistrados e funcionários e a mobilidade de magistrados e de funcionários (assegurando que os serviços não param); tal como a rede de apoio à distância (funcionários mais experientes e especializados auxiliam os mais isolados nas ilhas mais pequenas); e o GUIA acção executiva.

Entre as outras intervenções de gestão do Tribunal da Comarca dos Açores estão os protocolos de colaboração com as Escolas (levando alunos e professores ao Tribunal, participando na formação para uma cidadania mais conhecedora e exigente); a resposta célere às reclamações apresentadas pelos cidadãos (as 9 reclamações de 2017 tiveram resposta em menos de uma semana); o critério do mérito na organização dos turnos dos juízes (único Tribunal no país onde se utiliza este critério caracterizador de uma sociedade mais justa e responsável); e a desmaterialização de processos (dando passos seguros para tornar residual a utilização de papel). J.P.